O PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DO RECONHECIMENTO PESSOAL E DAS FALSAS MEMÓRIAS DA VÍTIMA QUANTO AO ACUSADO

Stella Sandy Lima Costa¹
Hiran Souto Coutinho²

RESUMO

O presente artigo problematiza o reconhecimento pessoal através das falsas memórias. De início, se faz necessário entender a previsão legal, observando a forma procedimental. Em seguida busca-se o entendimento da memória humana, observando o seu conceito, fase de armazenamento e por fim de que forma essa influência o reconhecimento pessoal a erros. O reconhecimento pessoal é uma espécie de prova carregada de fragilidade jurídica, uma vez que está diretamente ligada com a memória humana. A finalidade deste trabalho é fazer uma análise crítica ao reconhecimento pessoal, demonstrando a sua vulnerabilidade, posto que tal espécie poderá ser dotada de vícios.

Palavras-chave: Reconhecimento de Pessoas. Meio de prova. Procedimento legal. Falsas Memórias.

1 Graduada em Direito, Centro Universitário Nobre (UNIFAN), stella.sandy2@hotmail.com

2 Mestre em Ciências Sociais: Cultura Desigualdade e Desenvolvimento (Universidade Federal do Recôncavo Baiano), Centro Universitário Nobre (UNIFAN), hiranadv@hotmail.com

3 Professor Orientador da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do Centro Universitário Nobre, fabiosantos.direito@gruponobre.edu.br

1 INTRODUÇÃO

São inúmeros os casos de acusações de inocentes, correlacionado ao reconhecimento pessoal. De acordo com os dados da ONG *Innocence Project*, a maior parte das condenações equivocadas no Brasil está vinculada ao o reconhecimento pessoal. Cerca de 70% dos presos considerados inocentes têm como erro o reconhecimento. (FIGUEREDO, 2019).

Neste contexto, nota-se que o sistema penal brasileiro apresenta falha. A falta de instrumentos técnicos e métodos apropriados que busquem minimizar a ocorrência de condenações injustas ainda é comum. Segundo Capaz (2016), o reconhecimento é uma espécie de prova, um instrumento técnico em que alguém é chamado para identificar alguma pessoa ou coisa. É um meio destinado ao convencimento do juiz, no qual se busca a veracidade mais próximo ao fato. Neste sentido, entende-se que o reconhecimento é uma espécie de prova que é dividido em dois tipos, sendo eles, o reconhecimento de coisa e de pessoa, contudo este presente artigo é voltado para análise conjunta do reconhecimento pessoal e as falsas memórias, haja vista que é um tema atual e pouco discutido dentro do ramo jurídico.

O presente trabalho busca analisar quais são os fatores que influenciam a mente humana na produção de falsas memórias, desde o período pré-processual até a fase processual, com o intuito de verificar os motivos e as razões pelas quais as falsas memórias incidem em acusações de inocentes.

Com base neste contexto, o artigo tem como título “O processo penal: uma análise do reconhecimento pessoal e das falsas memórias da vítima quanto o acusado”, sendo o seu tema: O reconhecimento pessoal e as falsas memórias.

A problemática se dá pela forma que o processo penal apresenta fragilidade diante do reconhecimento pessoal e das falsas memórias da vítima quanto ao acusado.

Desta forma, o trabalho foi desenvolvido por meio de estudo documental e bibliográfico, sendo o primeiro a partir de legislações relacionadas à seara penal, além de julgados proferidos quanto ao reconhecimento pessoal e às falsas memórias da vítima no que se refere ao agente acusado.

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de doutrinadores que publicaram suas obras em livros, revistas e artigos, valendo lembrar que, em

função da interdisciplinaridade do tema, também se faz necessário um estudo da psicologia, principalmente no que diz respeito a memória.

Neste seguimento, o artigo está dividido em seções, na primeira seção será analisado o reconhecimento pessoal como meio de prova, neste ponto será verificado a forma que esse se desenvolve dentro do processo. Em seguida, na segunda seção o leitor irá se deparar com o conceito de memórias, porquanto será apurado o motivo pelo qual a mente humana cria falsa memória. Posteriormente, na terceira seção é apresentado um caso concreto, neste momento busca-se verificar os motivos que ocasionaram a um reconhecimento errôneo. Na quinta seção ocorrerá uma análise da influência do tempo diante das memórias e, por fim, na última seção sucederá um estudo referente a não autoincriminação no reconhecimento pessoal.

Frente a essa problemática, esse estudo apresenta uma suma importância, haja vista que se faz necessário uma análise mais minuciosa do reconhecimento pessoal, para que esses erros não sejam tão recorrentes, evitando-se, desta forma, prisões de inocentes.

No que diz respeito ao ponto de vista acadêmico, busca-se agregar conhecimento jurídico, uma vez que se trata de um tema pouco abordado e bastante complexo, sendo o seu objetivo a definição de um processo eficaz, visando a redução de erros e falhas procedimentais.

2 RECONHECIMENTO PENAL COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL

A princípio, é imprescindível entender o rito procedimental que se perfaz a prova. A persecução criminal se divide em duas etapas sendo a primeira investigativa enquanto a segunda trata-se da ação penal. De acordo com Lopes (2019), a investigação criminal também é conhecida como fase inquisitiva, é o momento no qual se investiga o crime, sendo assim, aquele que comete uma conduta tipificada no código penal, passará por uma fase investigativa, uma vez sendo demonstrada a sua autoria e materialidade delitiva se inicia uma próxima etapa, chamada de ação penal. Nesta fase, em regra, se instaura a produção de provas.

Em sua obra Lima (2020, p. 658) destaca que a prova:

Consiste no conjunto de atividades de verificação e demonstração, mediante as quais se procura chegar à verdade dos fatos relevantes para o julgamento. Nesse sentido, identifica-se o conceito de prova com a produção dos meios e atos praticados no processo visando ao convencimento do juiz sobre a veracidade (ou não) de uma alegação sobre um fato que interesse à solução da causa.

Neste contexto, é perceptível que a prova é um meio pelo qual as partes, seja ela acusado ou autor utiliza para comprovação de um fato, com o objetivo de obter o convencimento do julgador, a fim de alcançar uma sentença justa e favorável.

O instituto do reconhecimento está previsto nos artigos 226 a 228 do código de Processo Penal, sendo o seu propósito identificar pessoas ou objetos, contudo para este presente trabalho, o que interessa é apenas o reconhecimento pessoal previsto no artigo 226 do CPP.

Avena (2021, p. 627) define como reconhecimento pessoal:

Por reconhecimento de pessoas compreende-se o ato pelo qual não apenas vítimas ou testemunhas, mas também acusados ou investigados identificam terceira pessoa. Não se trata de ato informal, estabelecendo o art. 226 do CPP as formalidades de sua efetivação.

De acordo com a citação mencionada acima, o reconhecimento pessoal é um meio de prova formal, uma vez que existe um rito procedimental para ser seguido. Este método tem a capacidade de identificar a vítima, acusado ou terceira pessoa. Em todos esses casos, é necessário que a parte envolvida se remeta ao passado, com o propósito de identificar ou lembrar de um fato que já foi vivenciado.

2.1 FORMA PROCEDIMENTAL

O Código de Processo Penal, em seu artigo 226 determina que o reconhecimento pessoal siga a forma procedimental. Devido a este contexto, o reconhecimento é considerado como um meio de prova formal.

Seguindo este entendimento Badaró (2020, p. 568) entende como reconhecimento pessoal:

O reconhecimento de pessoa ou coisa é um meio de prova no qual alguém é chamado para descrever uma pessoa ou coisa por ele vista no passado,

para verificar e confirmar a sua identidade perante outras pessoas ou coisas semelhantes às descritas. Trata-se de ato eminentemente formal, para cuja validade é rigorosamente necessária a observância do procedimento probatório previsto no art.226 do CPP.

A metodologia aplicada no reconhecimento pessoal está prevista no art. 226 do CPP, cuja redação está disposta abaixo:

Art. 226. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma:

I - a pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida;

II - a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la;

III - se houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela;

IV - do ato de reconhecimento lavrar-se-á auto pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais.

Parágrafo único. O disposto no III deste artigo não terá aplicação na fase da instrução criminal ou em plenário de julgamento (BRASIL, 1941).

De acordo com a forma procedimental mencionada acima, uma vez existindo o reconhecimento, a vítima ou a testemunha deverá descrever as características físicas do suposto agente, esta indicação dar-se-á de maneira descritiva. É necessário que o relator exponha todas as características quanto a cor, tamanho, altura e peso. Em seguida, o suposto agente deve ser apresentado ao lado de outras pessoas, essas devem possuírem características físicas semelhantes ao acusado, para que não ocorra erros. Por fim, aquele que fará o reconhecimento pessoal deverá apontá-lo.

Contudo, alguns doutrinadores como Filho (2015), divide o reconhecimento em dois tipos: formal e informal. No que diz respeito ao primeiro, é o reconhecimento obtido por meio de todos os requisitos previsto no art. 226 presente no Código de Processo Penal. Em contrapartida, o segundo tem caráter confirmatório, uma vez que ocorre no momento da audiência, pois é nesta ocasião, o magistrado pergunta à vítima ou as testemunhas se reconhecem o acusado como autor do crime, ignorando a forma estabelecida no código.

Como já disse Nucci (2011, p. 184):

“Lamentavelmente, tornou-se a regra no Brasil o reconhecimento informal de pessoa ou coisa. Em audiência, a testemunha ou vítima é convidada a dizer se o réu – único sentado no banco apropriado – foi a pessoa que praticou a conduta delituosa. Olhando para o acusado, muitas vezes de soslaio, sem atenção e cuidado, responde afirmativamente. Houve reconhecimento formal? Em hipótese alguma. Trata-se de um reconhecimento informal e, não poucas vezes, de péssima qualidade”.

Com base na menção acima, é notório que apesar de existir uma forma procedimental a ser seguida, essa em sua grande maioria é violada. A negligência dos órgãos públicos em apresentar uma atuação efetiva, com base nas regras e princípios norteadores do processo penal acaba ocasionando um prejuízo para a sociedade, pois retira a credibilidade do direito, o tornando instável.

Nesta perspectiva, é perceptível que apesar do reconhecimento pessoal, ser uma prova formal, com um rito delimitado e definido no código, na prática, o instituto jurídico pode apresentar certa fragilidade.

Badaró (2020, p. 571) afirma que:

O reconhecimento pessoal já foi apontado como a mais falha e precária das provas. A principal causa de erro no reconhecimento é a semelhança entre as pessoas. A avaliação do valor probatório do reconhecimento envolve um fator essencial: o confronto entre a descrição antecipada feita e os traços físicos da pessoa identificada. Por isso, é necessária a estrita observância do procedimento probatório previsto no artigo 226do CPP, para que o reconhecimento pessoal possa ser validamente valorando como prova.

Desta maneira, a ausência da forma procedimental em conjunto com valoração do reconhecimento pessoal de forma isolada, é um erro do julgador. Para que o reconhecimento seja correto e efetivo deverá esse ser valorado em conjunto com outros meios de prova, seguindo o rol taxativo do artigo 226 do CPP.

Deste modo, para Espinola (2000 p. 283), o reconhecimento de pessoas e de objetos é um ato que se impõe, devendo ser feito com a maior seriedade e rigor técnico, observadas as recomendações estabelecidas pelo Código de Processo Penal.

A seriedade e o rigor técnico mencionado acima, são condutas humanas fundamentais e éticas que deve ser utilizada em todo processo de reconhecimento. Quando o processo de reconhecimento é praticado de forma

ética, esse segue o artigo 226 taxativamente, não concedendo espaço a nenhuma outra interpretação.

Neste mesmo seguimento Nucci (2020, p. 898) diz que:

O juiz jamais deve condenar uma pessoa única e tão somente com base no reconhecimento feito pela vítima, por exemplo, salvo se essa identificação vier acompanhada de um depoimento seguro e convincente, prestado pelo próprio ofendido, não demovido por outras evidências.

A realização de um reconhecimento feito de maneira isolada, com um único indivíduo, trás prejuízo para o processo, o contaminando. O reconhecimento pessoal é um meio de prova que não pode ser contaminado, haja vista que a sua contaminação ocasionaria na nulidade processual, por isso entende-se que é um meio de prova irrepetível.

3.0 CONCEITO DE MEMÓRIA

Antes de adentrar no conceito de falsas memórias, é fundamental entender o conceito da memória. Entende-se como memória, a capacidade que o cérebro tem de lembrar de um fato.

Izquierdo (2014,p. 13) afirma que:

Memória significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizado ou aprendizagem: só se “grava” aquilo que foi aprendido. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido.

A memória possui divisões estando ela dividida em memória de trabalho, declarativa e memória procedurais. A memória de trabalho é aquela que tem a capacidade de manter a informação armazenada em nosso cérebro por segundos, no máximo por alguns minutos, essa diferencia das demais, uma vez que não deixa traços, ou lembranças, ou seja, é uma memória momentânea, que se perde instantaneamente. (IZQUIERDO, 2014).

A memória proceduarial está diretamente ligada ao desenvolvimento motor e sensorial do indivíduo, é a partir dela que se adquire a fala e movimentos. Enquanto a memória declaratória, também conhecida como memória explícita, é aquela que permite que o ser humano narrar e relatar os fatos pelos quais o presenciaram.

Neste contexto, a memória declaratória está diretamente ligado com as lembranças e o reconhecimento pessoal, uma vez que para que o reconhecimento aconteça é necessário que o relator se remeta ao passado, com o propósito de buscar na memória as lembranças de um fato.(IZQUIERDO, 2014).

Com fulcro Izquierdo (2014 p. 82):

Denominam-se memórias de longa duração todas aquelas que duram mais de 6 horas , tempo que demora o processo de sua consolidação celular. Porém, todos sabemos que algumas memórias de longa duração duram dois ou três dias e outras, semanas, meses ou anos. Há quem estude “para o exame” daqui a dois ou três dias; há quem estude “para toda a vida”. De duas pessoas que veem um filme juntas, é comum que uma delas lembre detalhes por poucos dias enquanto a outra lembre do filme por muito tempo.

Neste contexto, é evidente que a memória não é fixa e essa sofre interferência na durabilidade, pois cada indivíduo tem a sua forma de lembrar.

3.1 MOTIVO DA CRIAÇÃO DE FALSAS MEMÓRIAS PELA MENTE HUMANA

Neste capítulo será abordado uma série de discussões e análise acerca da validade do reconhecimento pessoal e da falsa memória, uma vez que esses dois dispositivos podem ocasionar em um reconhecimento falso, prejudicando o processo penal.

Para que um fato seja lembrando, é necessário que ocorra a lembrança, para que essa se materialize, é imprescindível que ocorra três processos: aquisição, retenção e recordação, também conhecido como evocação. Neste contexto, pode-se dizer que para que ocorra o reconhecimento pessoal, é necessário que o indivíduo se remeta ao passado, forçando o cérebro a lembrar de um ocorrido, a este processo de lembrança dá-se o nome de evocação. (COSTA, 2021).

Com fulcro em Stein (2010, p. 22) as falsas memórias são informações não verdadeiras que podem modificar a memória de um indivíduo sobre determinado fato. Não são mentiras ou fantasias, são fruto do funcionamento normal, não patológico, de nossa memória.

De acordo com a citação acima mencionada, toda vez que um relator força o cérebro a lembrar de um fato, novas informações pode ser inseridas, de maneira involuntária, a repetição da lembrança ocasiona a projeção das falsas memórias,

pois quanto mais se busca lembrar de um fato, maior é a probabilidade da própria mente humana criar situações que não foram vivenciadas, de maneira involuntária.

Entende-se como aquisição, o momento em que o fato surge e chega ao cérebro, quando ocorre um acontecimento inicia esse processo. A retenção ou consolidação é a armazenagem das informações, é a interfase entre o fato e o tempo. A memória pode perder ou incorporar de maneira natural fatos novos criados pela própria mente, essa fase sobre influência do estado emocional. (IZQUIERDO, 2014).

Neste sentido, versa Di Gesu (2014, p. 81):

No processo penal, através da atividade recognitiva, faz-se uma retrospectiva do passado. E esta retrospectiva é impulsionada pelas partes – em observância ao sistema acusatório – através da prova, a qual busca reconstruir, no presente, o delito ocorrido no passado. Diante da ausência, na maioria dos casos, de provas técnicas, julga-se com fundamento naquilo que foi dito pelas vítimas e testemunhas, as quais se valem da memória. Daí a imprescindibilidade do estudo desta, sob diferentes perspectivas.

Considerando o descrito acima, na ausência de outros meios probatórios, o que é narrado pela vítima é julgado de maneira fundamental, como uma verdade real, por isso a importância desse instituto, pois, a ausência da forma procedimental em conjunto com as falsas memórias poderá acarretar em um julgamento injusto.

Lopes (2020, p. 500) afirma que:

Deve-se considerar a existência de diversas variáveis que modulam a qualidade da identificação, tais como o tempo de exposição da vítima ao crime e de contato com o agressor; a gravidade do fato (a questão da memória está intimamente relacionada com a emoção experimentada); o intervalo de tempo entre o contato e a realização do reconhecimento; as condições ambientais (visibilidade, aspectos geográficos, etc.); as características físicas do agressor (mais ou menos marcantes); as condições psíquicas da vítima (memória, estresse, nervosismo, etc.); a natureza do delito (com ou sem violência física; grau de violência psicológica, etc.), enfim, todo um feixe de fatores que não podem ser desconsiderados.

Diante disto, é evidente que o reconhecimento pessoal sofre influência de diversos fatores externos como tempo do reconhecimento e o nível emocional, haja vista que esses mecanismos alteram o estado mental e emocional do indivíduo. Quanto mais calmo uma pessoa estiver, melhor a capacidade de armazenagem e lembrança.

Segundo Izquierdo (2014, p. 17)

As memórias são feitas por células nervosas (neurônios), se armazenam em redes de neurônios e são evocadas pelas mesmas redes neuronais ou por outras. São moduladas pelas emoções, pelo nível de consciência e pelos estados de ânimo. Todos sabem como é fácil aprender ou evocar algo quando estamos alertas e de bom ânimo; e como fica difícil aprender qualquer coisa, ou até lembrar o nome de uma pessoa ou de uma canção quando estamos cansados, deprimidos ou muito estressados.

Conforme o exposto, entende-se que após um ato infracionário, a vítima ou testemunha está sobre um forte estado de alerta, o que altera as suas emoções, e conseqüentemente influência diretamente no seu processo de lembrança.

Em conformidade com Santos e Lopes (2020, p. 21)

O interesse não é “descobrir mentiras”, até porque, não se tem como distinguir com certeza as memórias reais das falsas memórias, ou seja, não há o que se falar em mentira quando trata-se desse assunto, por que no caso em questão, a pessoa não sabe se aquilo realmente aconteceu ou não, por isso o nome, falsas memórias.

Nesta perspectiva as alterações das lembranças podem ser ocasionadas através de um processo interno, em decorrência do próprio cérebro, sem a intervenção de um processo externo. Neste contexto, essa recordação passa a ser lembrada como informação originária, esse processo chama de falsas memórias espontâneas.

Damásio (2001, p. 105) fala que:

As imagens não são armazenadas sob a forma de fotografias facsimilares de coisas, de acontecimentos, de palavras ou de frases. O cérebro não arquiva fotografias Polaroid de pessoas, objetos, paisagens; nem armazena fitas magnéticas com música e fala; não armazena filmes de cenas de nossa vida; nem retém cartões com ‘deixas’ ou mensagens de teleprompter do tipo daquelas que ajudam os políticos a ganhar a vida. [...]. Todos possuímos provas concretas de que sempre que recordamos um dado objeto, um rosto ou uma cena, não obtemos uma reprodução exata, mas antes uma interpretação, uma nova versão reconstruída do original. Mais ainda, à medida que a idade e experiência se modificam, as versões da mesma coisa evoluem. [...]. Essas imagens evocadas tendem a ser retidas na consciência apenas de forma passageira e, embora possam parecer boas réplicas, são frequentemente imprecisas ou incompletas.

Nesta condição, é notório que a lembrança não possui uma exatidão, a medida que ocorre o decurso do tempo, essa pode ser alterada.

Stein, (2010, p. 26) afirma que:

O fenômeno, denominado efeito de falsa informação pode ocorrer tanto de forma acidental quanto de forma deliberada. Nas FM sugeridas, após presenciar um evento, transcorre-se um período de tempo no qual uma nova informação é apresentada como fazendo parte do evento original, quando na realidade não faz. Essa informação sugerida pode ou não ser apresentada deliberadamente com o intuito de falsificar a memória. O efeito da falsa informação tende a produzir uma relação das lembranças verdadeiras um aumento das FM.

Neste cenário, as falsas memórias podem ser geradas através de um processo chamado de memória espontânea ou memória sugerida. No que diz respeito a memória espontânea é aquela decorrente do processo natural do próprio corpo humano. Enquanto a memória sugerida, é aquela que é incorporada de maneira involuntária ou não, essa acontece muitas das vezes no desenrolar da parte procedimental, pois o agente público de maneira desavisada ou não, pode influenciar na identificação do acusado, quando ele mostra uma foto achando que pode contribuir com a identificação, afeta todo o rito processual e procedimental, uma vez que a imagem apresentada pode influenciar na identificação da vítima quanto ao acusado.

3.2 ENTRAVES DO PROCEDIMENTO QUE IMPLICAM EM FALSAS MEMÓRIAS

Diante do exposto, é evidente que o processo do reconhecimento pessoal é delimitado, contudo entendimentos jurisprudências vem relativando tal formalidade, de acordo com o julgado abaixo:

[...] NULIDADE NO AUTO DE RECONHECIMENTO PESSOAL. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 226 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DISPOSITIVO QUE CONTÉM MERA RECOMENDAÇÃO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. 1. Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento no sentido de que as disposições inculpidas no art. 226 do CPP configuram uma recomendação legal, e não uma exigência, cuja inobservância não enseja a nulidade do ato. Precedentes. 2. Na hipótese em tela, o auto de reconhecimento da paciente não contém qualquer eiva capaz de impedir a sua utilização como prova nos autos [...]

(STJ, HC 252156/SP, rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 16/12/2014). (STJ, 2015, online)

Desta maneira, o tribunal diverge com forma procedimental disposta no artigo 226 do CPP, permitindo a prática de relativização, negando a nulidade processual e viabilizando a insegurança jurídica, uma vez que esse não segue o rol taxativo.

Da mesma forma, contrariando o processo legal, o STJ decidiu a ausência de nulidade no posicionamento do réu sozinho de acordo com o seguinte julgado:

PROCESSUAL PENAL. HC. RECONHECIMENTO. RÉU POSTO SOZINHO. PRISÃO PREVENTIVA. MANUTENÇÃO. DESNECESSIDADE DE NOVA FUNDAMENTAÇÃO. DECRETO NÃO JUNTADO AOS AUTOS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. I. Não se reconhece ilegalidade no posicionamento do réu sozinho para o reconhecimento, pois o art. 226, inc. II, do CPP, determina que o agente será colocado ao lado de outras pessoas que com ele tiverem qualquer semelhança "se possível", sendo tal determinação, portanto, recomendável mas não essencial. II. A manutenção, pelo Tribunal de 2º grau, de custódia cautelar anteriormente decretada, não exige nova fundamentação. III. Torna-se impossível o exame da legalidade do decreto constritor, se o mesmo não se encontra juntado aos autos. IV. Primariedade, bons antecedentes, profissão definida e residência fixa, não garantem, por si sós, direito subjetivo à liberdade provisória. V. Ordem denegada.

(STJ – HC: 7802 / RJ 1998/0057686-0, Relator: Ministro GILSON DIPP, Data de Julgamento: 20/05/1999, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/06/1999).

Sendo assim, além da influência do lapso tempo, o reconhecimento pessoal se depara com a relativização de um rol taxativo, a menção do “se possível” presente no inciso III, do artigo 226 do CPP faz com que os julgadores entenda a existência de uma hipótese.

4.0 CASO CONCRETO

Diante do exposto neste artigo, até o presente momento, é notório que a maioria dos casos relacionados ao reconhecimento pessoal está diretamente ligado a dois erros, sendo eles ou a falha procedimental ou o erro quanto ao reconhecimento.

De acordo com Coelho (2019):

Foi exaustivamente noticiado pela imprensa escrita e televisiva o caso do jovem Leonardo Nascimento dos Santos, que foi conduzido preso à delegacia de polícia de Guaratiba, Rio de Janeiro, como suspeito pela morte do estudante de psicologia Matheus Lessa que, no afã de defender a mãe, lançando-se à frente dela durante um assalto ao estabelecimento comercial da família, foi morto a tiros.

Conforme menção acima, o caso em tela refere-se ao reconhecimento pessoal do jovem Leonardo Nascimento, esse foi vítima da fragilidade do processo penal quando indicado como autor do homicídio de forma injusta. O suposto agente

do crime foi condenado a prisão preventiva, não sendo julgado como parte autora do crime, pois sua família em paralelo com as investigações policiais teve acesso as câmaras de um estabelecimento, essa prova foi utilizada pela defesa, notando-se que Leonardo estava em outro local no momento do crime, esse foi absolvido. A exposição midiática de um inocente gera consequência imensurável para a sua vida.

5.0 A INFLUÊNCIA DO TEMPO NA MEMÓRIA

O devido processo legal deve levar em consideração o princípio da duração razoável do processo, com fulcro o artigo 5º, inciso LXXVII da Constituição Federal todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Frente a isso, a duração razoável do processo implica no cumprimento dos prazos processuais e, principalmente, no respeito ao devido processo legal. Por isso, o ato de um reconhecimento pessoal, deverá ser realizado próximo do momento do crime, dessa forma o reconhecimento terá uma maior confiabilidade, pois quanto menor o lapso temporal mais fidedigna é a lembrança, contudo esse deve seguir as formas procedimentais prevista.

Nesta perspectiva Cristina Di Gesu afirma que:

Com efeito, o transcurso do tempo é fundamental para o esquecimento, pois além de os detalhes dos acontecimentos desvanecerem-se no tempo, a forma de retenção da memória é bastante complexa, não permitindo que se busque em uma “gaveta” do cérebro a recordação tal e qual ela foi apreendida. E, a cada evocação da lembrança, esta acaba sendo modificada (DI GESU, 2014, p. 200).

Desta forma, entende-se que o decorrer do tempo altera as informações presentes na memória. Por isso, este presente artigo defende que o reconhecimento pessoal ocorra de maneira mais breve o possível, evitando dessa maneira um lapso temporal longo.

De acordo Loftus (2006, p. 93);

As falsas recordações são construídas combinando-se recordações verdadeiras com o conteúdo das sugestões recebidas de outros. Durante o processo, os indivíduos podem esquecer a fonte da informação. Este é um exemplo clássico de confusão sobre a origem da informação na qual o conteúdo e a proveniência da informação estão dissociados.

Os atos sugestivos de outros integrantes no reconhecimento pessoal podem ocasionar em uma falsa recordação, uma vez que esses elementos podem influenciar a memória, inserido novos acontecimentos, através do processo chamando de evocação.

Com impecabilidade, versa Lopes:

As falsas memórias diferenciam-se da mentira, essencialmente, porque, nas primeiras, o agente crê honestamente no que está relatando, pois, a sugestão é externa (ou interna, mas inconsciente), chegando a sofrer com isso. Já a mentira é um ato consciente, em que a pessoa tem noção do seu espaço de criação e manipulação. Ambos são perigosos para a credibilidade da prova testemunhal, mas as falsas memórias são mais graves, pois a testemunha ou a vítima, desliza no imaginário sem consciência disso. Daí por que é mais difícil identificar uma falsa memória do que uma mentira, ainda que ambas sejam extremamente prejudiciais ao processo (LOPES JR, 2020, p.732).

Para as falsas memórias, não existem mentiras e sim atos involuntários gerados pelo próprio cérebro, esses atos além de induzir ao erro, gera uma confiabilidade, pois aquele que relata acredita confiadamente no que se reproduz.

Existem teorias que buscam explicar o fenômeno das falsas memórias, sendo a teoria mais recente a do traço difuso.

Lopes (2005, p.28) afirma que:

Não podemos sacrificar a necessária maturação, reflexão e tranquilidade do ato de julgar, tão importante na esfera penal. Tampouco acelerar a ponto de atropelar direitos e garantias do acusado. Em última análise, o processo nasce para demorar (racionalmente, é claro) como garantia contra julgamentos imediatos, precipitados e no calor da emoção.

6.0 RECONHECIMENTO PESSOAL E A NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

Um dos princípios basilares previsto no Código do Processo Penal é o da não autoincriminação.

Neste sentido Lopes expõe que:

A questão resolve-se pela observância de uma das principais regras probatórias de nosso sistema: respeitar o direito de silêncio e o de não produzir prova contra si mesmo, que assistem ao réu. Ele pode negar-se a participar, no todo ou em parte, do ato, sem que dessa recusa se presuma ou extraia qualquer consequência que lhe seja prejudicial (nemo tenetur se detegere) (LOPES JR, 2020, p. 774).

Sendo assim, o acusado não é obrigado a auxiliar o judiciário na produção de provas contra si mesmo, neste contexto, entende-se que o reconhecimento só deve ocorrer após a anuência do acusado. O reconhecimento realizado de maneira compulsória afeta o sistema acusatório adotado pelo Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho busca demonstrar a importância da valoração da prova em conjunto com outros meios probatórios, em razão do risco, além da necessidade do seguimento procedimental.

O reconhecimento pessoal é uma espécie de prova, com a previsão definida no código do processo penal em seu artigo 226, no entanto frágil, haja vista que, em alguns casos, existe a negativa quanto ao procedimento.

A aplicabilidade dessa espécie de prova, de forma isolada, é vulnerável, pois o instituto quando valorado sozinho, sem nenhum tipo de critério, pode acarretar em prisões de inocentes.

Neste contexto, também se insere as falsas memórias, a memória é a capacidade que o cérebro possui de lembrar de um fato, contudo a lembrança carregada por cargas emotivas sofrem alterações involuntárias.

Ainda neste sentido, surge uma outra problemática, sendo ela, o tempo, para que exista a lembrança é imprescindível que a memória se remeta ao passado, contudo a lembrança pode sofrer interferências interna ou externa, por isso se é recomendado que o reconhecimento ocorra dentro de um prazo curto, mas seguindo o devido processo legal.

Desta forma, é notório que o reconhecimento pessoal é carregado de entraves jurídicos, sendo um deles a quebra procedimental, seguindo pela influência da memória, relativização jurisprudencial e o decurso do tempo o que dá margem a uma insegurança jurídica.

Frente a essa problemática, o objetivo desse artigo é apresentar um processo eficaz, sem nenhuma violação jurídica, seguindo o devido processo legal e ampla defesa, buscando uma sentença justa, longe de quebra procedimentais e vícios jurídicos.

Desta maneira, recomenda-se que o processo de reconhecimento siga restritamente as previsões prevista de forma taxativa no processo penal, em seguida

é recomendando que o reconhecimento ocorra próximo ao tempo do ocorrido, observando todas as diretrizes processuais, esse deve ser realizado por profissionais qualificados que entenda a forma procedimental, por isso, é imprescindível que o estado forneça para os agentes públicos cursos gratuitos voltado para o reconhecimento de pessoa, por fim o julgador deverá fazer uma análise conjunta com outros meios de provas com base em critérios críticos.

REFERÊNCIAS

AVENA, N. **Processo Penal**.13.ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.

BADARÓ, G. **Processo Penal**, 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 jun. 2022.

BRASIL. Decreto n.3.689, de 3 de outubro de 194. **Dispões sobre processo penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13689Compilado.htm>. Acesso em: 21 jun. 2022.

CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 23^o ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COELHO, H. **Polícia assume erro, e rapaz preso injustamente por matar jovem em mercado no Rio será solto**. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/23/inocente-homem-apontado-como-assassino-de-rapaz-em-mercado-no-rio-e-solto.ghtml>>. Acesso em: 21 de jun. 2022

COSTA, P. **A memória e a sua influência no processo de aprendizagem**. 27 de jan de 2021. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-memoria-e-a-sua-influencia-no-processo-de-aprendizagem/83381/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. Trad. Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

DI GESU, C. **Prova Penal e Falsas Memórias**. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

ESPÍNOLA FILHO, E. **Código de Processo Penal Brasileiro Anotado: atualizado por José Geraldo da Silva e Wilson Lavorenti**. 1ª ed. Campinas: Bookseller, 2000.

FIGUEIREDO, PATRÍCIA. **ONG que atua na defesa de condenados injustamente critica método de reconhecimento de suspeitos do Brasil**. G1,2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/15/ong-que-atua-na-defesa-de-condenados-injustamente-critica-metodo-de-reconhecimento-de-suspeitos-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 26 de jun. 2022.

FILHO, G. **Manual de Processo Penal**. 11°.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal**. 8°.ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.

LOFTUS, E. **As falsas lembranças**. 2°.ed. São Paulo: Revista Viver Mente e Cérebro, 2006.

LOPES, A. **Fundamentos do Processo Penal introdução crítica**. 5°. ed. São Paulo: saraiva sducação, 2019.

LOPES, A. **Direito processual penal**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LOPES, A. **Introdução crítica ao processo penal. Fundamentos da instrumentalidade garantista**. 3º ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

NEUFELD, C.; STEIN, L.; BRUST, P. **Falsas Memórias: Fundamentos Científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NUCCI, G. **Código de Processo Penal Comentado**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

NUCCI, G. **Provas no Processo Penal**. Ed: RT, 2º Edição, ano 2011.

SANTOS, H.; LOPES, A. **A prova testemunhal no processo penal brasileiro: problematização na valoração e as falsas memórias**. 2020.

STJ. **HC nº 78.02/RJ**. Relator Min. Gilson. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/418900/habeas-corpus-hc-7802-rj-1998-0057686-0>>. Data de Julgamento: 20/05/1999, T5 - Quinta Turma. Acesso em 21 jun. 2022.

STJ. **HC nº 252156/SP**. Relator Min. Jorge Mussi. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?id=1408200>>.Data de julgamento: 16/12/2014). Acesso em: 21 jun.2022